

## Editorial



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariosaocores.pt

# Vai ser preciso passaporte para sair dos Açores?

Recuemos a Setembro de 2019.

O primeiro-ministro de então, António Costa, enche o peito e sentencia:

**“O modelo de subsídio social de mobilidade é um esquema completamente absurdo, ruinoso para as finanças públicas, uma despesa que subiu de 14 milhões de euros para 70 milhões de euros, que não beneficia nenhum residente nas regiões autónomas”.**

Passaram-se cinco anos (5 anos!), mais de uma legislatura, e os dois governos de António Costa não fizeram nada!

Prometeram alterar o modelo, comprometeram-se em “transferir para as regiões autónomas a gestão de uma verba para o pagamento do subsídio social de mobilidade” e até formaram um grupo de trabalho, que nunca funcionou, para estudar o novo modelo.

O “esquema absurdo e ruinoso” mantém-se, enchendo os cofres das companhias aéreas, com as tarifas absurdas que nos impõem, e quem paga o sistema ruinoso são os passageiros e contribuintes, com o sacrifício acrescido de terem de se deslocar aos balcões entupidos dos CTT para serem reembolsados.

Agora, já nem isto basta.

Pedem-nos papelada e mais papelada, que não está na lei, tirem fotocópias dos nossos dados pessoais e até já vasculham a nossa vida privada, obrigando-nos a assinar um papel a descrever se a viagem é de lazer ou profissional!

50 anos depois do 25 de Abril, parece que voltamos aos tempos pidescos.

Os incompetentes dos governantes e dos políticos, que não souberam fazer a lei, deixaram enormes buracos, permitindo que agências de viagens façam falcatruas, como agora se viu na investigação do Ministério Público.

As agências cobram aos CTT couro e cabelo e é crime.

As companhias aéreas cobrem aos passageiros valores estratosféricos acima da tarifa estipulada para os residentes e é tudo legal!

Alguém entende isso?

O modelo do subsídio de mobilidade está mal feito, foi mal pensado por quem o desenhou e já provocou um grande rombo aos cofres do Estado, de centenas de milhões de euros que revertem para as companhias aéreas e de dezenas de milhões de euros nos esquemas agora conhecidos em agências de viagens.

A culpa é dos senhores governantes, que foram incompetentes, continuando a mostrar uma grande incapacidade para resolver este assunto no parlamento, que é onde deve ser discutido e melhorado.

Qualquer dia, por este andar, ainda nos vão exigir passaporte para sair das ilhas.

É só mais um papel, que eles tanto gostam...

# Com mais casas no mercado oferta para arrendar dispara 17% em Ponta Delgada



A oferta de habitação no mercado de arrendamento nacional continua a crescer, incluindo Ponta Delgada.

Com efeito, a oferta de casas para arrendar disponível no mercado português disparou 102% em Lisboa e 129% no Porto no primeiro trimestre de 2024, quando comparado com o período homólogo, segundo os dados revelados pelo ‘idealista’.

A nível nacional verificou-se um crescimento homólogo de 81% na oferta de habitação para o mercado de arrendamento, com Bragança (191%) e Leiria (128%) a registarem também subidas acima dos 100%.

Já Aveiro (99%), Braga (92%), Coimbra (84%), Castelo Branco (73%), Faro (71%), Vila Real (67%), Beja (64%), Funchal (55%), Setúbal (55%), Guarda (29%), Évora (28%), Ponta Delgada (17%), Santarém (10%), Portalegre (8%) e Viseu (3%), foram as outras capitais de distrito que observaram aumentos da oferta de habitação disponível para arrendamento.

Por sua vez, Viana do Castelo (-2%), foi a única capital de distrito onde o stock disponível para arrendar desceu.

## Aumento de 12% em São Miguel

Olhando para os últimos 12 meses, Bragança verificou um crescimento expressivo na oferta de casas para arrendar de 153%, seguindo-se Leiria (119%), Porto (103%), Lisboa (87%), Braga (83%), Aveiro (75%), Coimbra (72%), Faro (65%), Castelo Branco (64%), Santarém (52%), Guarda (50%), ilha da Madeira e Setúbal (ambos 50%), Évora (34%), Beja (33%), Portalegre (33%), Viana do Castelo (30%), Viseu (27%), Vila Real (19%) e Ilha de São Miguel (12%).

Ruben Marques, porta-voz do ‘idealista’, considera que “algumas iniciativas implementadas pelo anterior Governo no setor da habitação parecem estar a impactar o mercado de arrendamento em Portugal, com um aumento significativo na oferta de casas para arrendar.

As restrições ao Alojamento Local, o fim do regime de Residentes Não Habituais (RNH) e a redução de impostos sobre as rendas podem também ter contribuído para um reforço da disponibilidade de imóveis no mercado”.

Contudo, o responsável salienta que os próximos meses vão ser decisivos para observar o comportamento do mercado de arrendamento, “tendo em conta a evolução do contexto económico e político, nomeadamente a revogação de algumas medidas do ‘Mais Habitação’ tal como anunciou recentemente o novo Governo”.

## Variação oferta arrendamento larga duração 1T 23 vs 1T 24

Portugal	81%
----------	-----

## Variação oferta arrendamento larga duração 1T 23 vs 1T 24

Cidade	
Bragança	191%
Porto	129%
Leiria	128%
Lisboa	102%
Aveiro	99%
Braga	92%
Coimbra	84%
Castelo Branco	73%
Faro	71%
Vila Real	67%
Beja	64%
Funchal	55%
Setúbal	55%
Guarda	29%
Évora	28%
Ponta Delgada	17%
Santarém	10%
Portalegre	8%
Viseu	3%
Viana do Castelo	-2%

## Variação oferta arrendamento larga duração 1T 23 vs 1T 24

Distrito/Ilha	
Aveiro	75%
Beja	33%
Braga	83%
Bragança	153%
Castelo Branco	64%
Coimbra	72%
Évora	34%
Faro	65%
Guarda	50%
Ilha da Madeira	50%
Ilha de São Miguel	12%
Leiria	119%
Lisboa	87%
Portalegre	33%
Porto	103%
Santarém	52%
Setúbal	50%
Viana do Castelo	30%
Vila Real	19%
Viseu	27%